

## Pesquisa Qualitativa em Administração e Ética: Lições da Prática Etnográfica

**Autoria:** Josiane Silva de Oliveira, Rafael Alcadipani da Silveira

### Resumo

O objetivo deste artigo é analisar os dilemas éticos implícitos na prática das pesquisas qualitativas nas organizações, com foco especial às etnografias. Para além de uma visão ética normativa ou voluntarista, dominantes no campo, argumentamos que a condução das pesquisas qualitativas nas organizações é melhor abordada por uma ética da prática de pesquisa. Tal perspectiva se constrói a partir das experiências coletivas do trabalho de campo. A justificativa deste artigo se dá por ele colocar em discussão as demandas de regulamentação e normatização dos procedimentos de pesquisa que tem sido ampliadas, inclusive na área de Administração, na última década. Isso se dá tanto pela constituição de códigos de ética de associações profissionais quanto pelo viés institucional, por meio da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), comitês de ética nas universidades e institutos de pesquisa, por exemplo. Para o desenvolvimento do argumento proposto nesse artigo, apresentamos os dilemas éticos enfrentados no cotidiano de duas pesquisas de inspiração etnográfica realizadas pelos autores deste artigo em diferentes contextos organizacionais e culturais. Uma das pesquisadoras deste estudo realizou uma etnografia em um circo contemporâneo canadense localizado na cidade de Montréal, província de Quebec, onde questões de gênero, raça e nacionalidade delinearão as práticas de pesquisa. O outro estudo aconteceu em uma Força Militar de Segurança de uma cidade brasileira durante manifestações de rua antes da Copa do Mundo de 2014. Em ambas pesquisas, vieram a tona questões importantes de ética de pesquisa.

**Palavras-chave:** Pesquisa qualitativa. Etnografia. Organizações.

### Introdução

Polêmicas recentes têm trazido a baila a questão da ética na pesquisa qualitativa. José Padilha dirigiu o documentário “Segredos da Tribo”, lançado em 2010, em que são expostas supostas más práticas de Antropólogos que estudaram Ianomâmis. Padilha apresenta antropólogos acusando uns aos outros de abuso sexual, ataques contra a moral, mentiras e outros malfeitos supostamente ocorridos enquanto no campo de pesquisa junto aos indígenas. As atuais discussões sobre a conduta ética de Alice Goffman (2014) em seu trabalho de campo etnográfico, em que ela foi questionada sobre sua possível participação em um delito criminal, cometido por um grupo de jovens negros procurados pela justiça, o qual ela pesquisava, colocou em debate, de forma mais enfática, os limites éticos de incursão dos etnógrafos na dinâmica cultural do grupo social pesquisado. Ao ser questionada sobre sua possível participação na ação ilegal, Goffman (2014) afirmou ter destruído suas notas de campo, após três anos de realização da pesquisa, conforme recomendação dos códigos de ética, e, por isso, seus escritos não poderiam contribuir com os debates sobre estes questionamentos.

O dilema vivenciado por Goffman (2014) é discutido por Schuch (2011) quando a referida autora afirma que discutir ética na pesquisa antropológica é considerar a multiplicidade da vida social ativa dos grupos sociais estudados, ou seja, eles somente podem ser compreendidos com base em seus próprios jogos sociais o que, por vezes, não está em consonância com as práticas culturais dos pesquisadores. A delimitação ética de desenvolvimento da pesquisa etnográfica provoca dilemas e conflitos na realização do

trabalho de campo, pois nem sempre, o que é considerado ético pelos sujeitos pesquisados tem a mesma interpretação no campo científico, a exemplo do caso de Goffman (2014). No campo da Administração, essa discussão se torna relevante, conforme debatem Pullen e Rhodes (2015) e Bell e Bryman (2007), tanto pelo crescimento da incorporação do método etnográfico nas pesquisas organizacionais, bem como pela multiplicidade de processos organizativos estudados nessa área.

Neste artigo, destacamos duas pesquisas organizacionais com inspiração etnográfica realizadas em dois contextos culturais diferentes como forma de destacar dilemas éticos de condução da pesquisa no cotidiano de pesquisa em ambientes bastante diversos. A primeira etnografia foi realizada entre os meses de janeiro e setembro do ano de 2013 com um circo canadense localizado na cidade de Montréal, província de Quebec, Canadá. Nesse estudo, na primeira reunião de discussão sobre como a pesquisa seria conduzida questões de gênero, raça e nacionalidade delinearam as formas como a pesquisadora foi incorporada ao campo etnográfico, especialmente com base nos conhecimentos que a mesma proporcionaria no desenvolvimento do trabalho de campo. A outra pesquisa realizada em uma força policial que lidava com manifestações quase semanais no pré-Copa do Mundo trouxe a tona uma série de questões relativas a violência policial, violência de manifestantes, exposição na mídia e representações sociais. Para este artigo, analisamos quando o pesquisador foi informado de que haveria um grupo de manifestantes que teria adquirido explosivos para realizar um ataque ao transporte público da cidade onde as manifestações aconteciam.

A partir do exposto acima, o objetivo deste artigo é discutir os dilemas éticos implícitos e explícitos na prática das pesquisas qualitativas nas organizações, com foco especial as pesquisas de inspiração etnográfica. Destacamos que o intuito do texto não é discutir o conceito de ética, o que nos remeteria a um debate filosófico do termo, mas apresentar um caminho de como estas discussões tem sido empreedidas e relacionas a prática de pesquisa, especialmente na Administração. Para tanto, na segunda seção deste artigo, discutimos o que se considera como sendo uma postura ética nas pesquisas qualitativas. Depois, adotamos a discussão de Schuch (2011) sobre a necessidade de se considerar o campo de pesquisa a partir de uma perspectiva da vida social ativa dos grupos pesquisados, enfatizando a necessidade de se considerar uma ética da prática etnográfica. Na quarta seção deste texto, apresentamos como os dois estudos etnográficos que subsidiam essas discussões foram desenvolvidos, para, a seguir aprentar os resultados das pesquisas e as considerações finais do artigo, destacando as contribuições destes debates para a área de Administração.

### **O que é “ser ético” em Pesquisa Qualitativa Etnográfica?**

Os debates sobre a dimensão ética do trabalho de campo etnográfico têm destacado, conforme discutem Fleischer e Schuch (2010), que as orientações biomédicas, base da atual regulamentação dos comitês de ética no Brasil (CNS, 2012), ao focarem a noção de risco e vulnerabilidade dos sujeitos pesquisados para a normatização das pesquisas com pessoas, produzem dois tipos de agência nestes estudos: a de um pesquisador ativo e “poderoso” e a de um pesquisado passivo e vulnerável, que necessita ser protegido, por isso a necessidade de regulamentações. Essa concepção ética das relações entre pesquisador e pesquisado no trabalho de campo é, conforme destaca Diniz (2010), uma combinação de princípios utilitaristas comuns à saúde pública (controle de riscos) com valores da cultura dos direitos humanos (autonomia individual, a proteção ao anonimato ou o sigilo dos participantes). Essa concepção normativa da ética limita as interações sociais características do trabalho de campo qualitativo ao subordinar as vicissitudes da experiência etnográfica (CLIFFORD, 2008) a

capacidade de planejamento da pesquisa. Com efeito, conforme destaca Diniz (2010), sem um roteiro de perguntas estruturado e sem a garantia de que o Termo de Consentimento de Livre Esclarecido (TCLE) apresentado por escrito seja assinado antes do início das entrevistas ou das observações, muito provavelmente um projeto de pesquisa não será aprovado quanto aos aspectos éticos nos comitês institucionais. Fonseca (2008) destaca que nos estudos etnográficos a dimensão ética vai além do “consentimento informado” e diz respeito a preservação da intimidade dos sujeitos em campo a partir de sua dinâmica cultural.

Sendo assim, o entendimento ético de pesquisa se desloca de um padrão normativo se constituindo com base na construção de uma “ética da prática” da pesquisa que provoque uma reconfiguração das narrativas hegemônicas de perpetuação das estruturas sociais que, inclusive, sustentam a construção ética na ciência (FONSECA, 2008). Ainda para Fonseca (2008), se aceitarmos que a verdadeira ofensa contra a moralidade, que constitui a dimensão ética, é julgar sem primeiro tentar compreender; e considerando como objetivo da etnografia entender os “saberes locais”, será que uma ética da prática da pesquisa não seria mais adequada aos estudos etnográficos do que a previsibilidade da racionalidade moderna implícita na ética normativa, que constitui os atuais modelos de regulamentação e protocolos de pesquisa nas instituições?

É esse debate que a consulta pública sobre “As Especificidades Éticas das Pesquisas nas Ciências Sociais e Humanas e de outras que se utilizam de metodologias próprias dessas áreas” realizada pelo CNS (2015), no ano de 2015, tem proporcionado. De acordo com a minuta da resolução complementar, por exemplo, em seu Artigo 2º, parágrafo I, que regulamento o uso do TCLE:

Trata-se de um processo pautado na construção de relação de confiança entre pesquisador e participante da pesquisa, em conformidade com a cultura destes e continuamente aberto ao diálogo e ao questionamento, não sendo o registro da obtenção do assentimento necessariamente escrito.

Ainda que não aprovada e em vigor, essa proposta de resolução apresenta o avanço de concepção ética de pesquisa debatida por Fonseca (2008) ao considerar a capacidade ativa dos sujeitos pesquisados nas etnografias, por exemplo. A minuta da resolução também destaca a relevância das práticas culturais específicas do campo de estudos que, nem sempre, são os mesmos dos pesquisadores, por isso a não necessidade do TCLE por escrito, mas o foco nas relações de confiança construídas durante a pesquisa. Ser ético é reconhecer e compartilhar a vida social ativa (SCHUCH, 2011) do trabalho de campo, pois ética é “uma construção humana, portanto histórica, social e cultural” em que o “o agir ético do pesquisador demanda ação consciente e livre do participante” (CONEP, 2015).

Essa concepção ética na pesquisa, da vida social ativa, e que está atualmente em debate pelo CONEP (2015), no Brasil, altera a concepção ontológica do participante da pesquisa. Se na atual regulamentação das pesquisas no Brasil (CONEP, 2012) o pesquisado pode ser compreendido como passivo e vulnerável (FLEISCHER; SCHUCH, 2010), Schuch (2011) e a nova regulamentação do CONEP (2015) sobre pesquisas em Ciências Sociais e Humanas deslocam esse entendimento para a concepção do pesquisado como um sujeito que também produz a pesquisa, por isso o reconhecimento de suas práticas culturais. Pullen e Rhodes (2014), por exemplo, discutem ética nas organizações como sendo uma processo de alteridade que possui uma dimensão pré-reflexiva e de corporeidade, pois tem origem na dinâmica socio-política de nossas práticas cotidianas. Com isso, é preciso também discutir os princípios que norteiam estas regulações sobre “ser ética” em pesquisa, o que faremos na próxima seção deste artigo.

### “ Ser Ético” na Prática da Pesquisa

Bell e Bryman (2007), analisando nove códigos de ética que orientam institucionalmente a condução de trabalhos acadêmicos em Administração no Reino Unido, identificaram onze categorias que constituem princípios destes documentos: riscos aos participantes; garantia da dignidade dos sujeitos na pesquisa; consentimento informado; privacidade; confidencialidade; anonimato; fraudes; afiliação do pesquisador; honestidade e transparência; reciprocidade; deturpação das informações. Para os referidos autores, é necessário discutir se realmente estes são os pontos principais que devem regulamentar a prática da pesquisa na área de Ciências Sociais. Também destaca-se que na pesquisa de Bell e Bryman (2007) a dimensão formal dos critérios éticos de condução de pesquisa foram enfatizados, a exemplo da necessidade do uso do TCLE e da afiliação do pesquisador, destacando a ênfase institucional de realização de trabalhos de campo. Bell e Bryman (2007) também destacam que o princípio da reciprocidade é pouco apresentado nos códigos de ética analisados, o que pode ser relacionado ao entendimento das assimetrias das relações sociais que configuram as relações de poder no campo de pesquisa.

Além disso, destaca-se a posição dos sujeitos participantes da pesquisa nos princípios éticos debatidos por Bell e Bryman (2007) que, como as proposições do CONEP (2012), são considerados a partir das noções de risco e vulnerabilidade dos mesmos nas pesquisas. Atualmente, de acordo com o CONEP (2012), os princípios da ética das pesquisas no Brasil implicam em: a) respeito ao participante da pesquisa; b) ponderação entre riscos e benefícios do estudo; c) garantia de que danos previsíveis serão evitados; e, d) relevância social da pesquisa. Aproximando os debates de Bell e Bryman (2007) no Reino Unido e CONEP (2012) no Brasil, ainda que em contextos socioculturais diferentes, é possível destacar que as duas principais dimensões de princípios éticos em pesquisa (controle de riscos dos estudos e vulnerabilidade dos sujeitos pesquisados) são estruturadas por meio de regulamentações, por isso a necessidade de TCLE e a preocupação como os efeitos do trabalho de campo nos grupos sociais pesquisados, a partir de uma visão de dependência destes sujeitos. É importante destacar que em nenhum destes debates sobre ética foi considerado os dilemas dos pesquisadores durante o trabalho de campo.

No Brasil, essa perspectiva institucional da ética em pesquisa, materializada na necessidade de consentimento informado, por exemplo, como princípio ético do trabalho de campo, é algo questionado pelos pesquisadores nas áreas de Ciências Sociais e Humanas, conforme a nova proposta de resolução do CONEP (2015) que desobriga a utilização do TCLE. Isso significa que as análises sobre “ser ético” na prática da pesquisa se deslocam das práticas formalizadas para serem centralizadas no processo de constituição das relações sociais no campo de pesquisa. Entretanto, a dificuldade nesse contexto é o limite de atuação entre o que é “ser ético” para o grupo pesquisado e o que é “ser ético” no campo científico, conforme discutimos em relação aos questionamentos da conduta do trabalho de campo de Alice Goffman (2014). Será que os princípios de orientação ética das regulamentações de orientação de conduta dos pesquisadores em suas atividades tem contemplado os dilemas vivenciados na prática cotidiana da pesquisa? Para continuar as discussões sobre este questionamento neste artigo, na próxima seção do trabalho apresentamos como as etnografias debatidas nesse estudo foram desenvolvidas.

## Metodologia

A etnografia é um método de pesquisa antropológica incorporado à Administração por meio de estudos em diferentes abordagens epistemológicas e de espaços organizacionais. Clifford (2008) destaca que o desenvolvimento da etnografia não pode ser compreendido em separado de um debate político-epistemológico de produção científica e da alteridade. Isso porque o trabalho de campo etnográfico, como um método notadamente sensível, constitui-se, em termos físicos e intelectuais, a partir as vicissitudes da tradução de práticas culturais de determinados grupos sociais implicando em “desarranjos” das expectativas pessoais e culturais do pesquisador e dos pesquisados (CLIFFORD, 2008).

Essa dimensão política de desenvolvimento do trabalho de campo suscita debates sobre como questões éticas de condução da pesquisa etnográfica devem ser consideradas com base na construção das relações entre os sujeitos durante a pesquisa. Com base nesses pressupostos etnográficos, apresentamos, nesse artigo, duas pesquisas realizadas pelos autores deste estudo em diferentes contextos organizacionais e culturais. Destacamos um evento emblemático em cada um destes estudos que nos possibilita debater os limites de enfatizarmos questões ético-normativas em detrimento da prática de pesquisa na construção de estudos qualitativos.

Uma das etnografias foi realizada com um circo contemporâneo canadense na cidade de Montréal entre os meses de janeiro de setembro do ano de 2013, especialmente durante a produção de um novo espetáculo pelos circenses. O evento escolhido para análise nessa pesquisa foi a primeira reunião entre a pesquisadora e os diretores do circo para decidir como a etnografia seria realizada. Nesse momento de negociações, questões de gênero, raça e nacionalidade foram colocadas em jogo na delimitação de como o estudo seria conduzido, especialmente pela forma como as informações entre os sujeitos seriam produzidas e compartilhadas. Esse estudo foi realizado entre os meses de janeiro e novembro do ano de 2013 na cidade de Montréal, província de Quebeque, Canadá, com um circo contemporâneo canadense com sede nessa localidade. Durante esse período, foi possível acompanhar o processo de criação de um novo espetáculo até o dia de sua estréia. Ao todo, foram produzidos 35 diários de campo sobre esse espetáculo, bem como realizada entrevistas com um dos diretores artísticos do circo.

O outro trabalho de inspiração etnográfica ocorreu em uma Força de Segurança Militar que lidava com manifestações quase semanais no pré-Copa do Mundo e trouxe a tona uma série de questões relativas a violência policial, violência de manifestantes, evolução de táticas na forma de policial protestos e forma de gerir polícias. A pesquisa se deu após os protestos do mês de Junho de 2013, iniciando-se em Agosto de 2013, e prosseguiu até uma semana antes do início da Copa do Mundo de 2014, ou seja, até Junho de 2014. O acesso para realizar a pesquisa na Força de Segurança foi bastante demorado. Na segunda pesquisa, analisamos um evento que possuía possibilidade de assumir dimensões catastróficas que se deu quando o pesquisador foi informado de que haveria um grupo de manifestantes que teria adquirido explosivos para realizar um ataque ao transporte público de uma das maiores cidades do Brasil.

## Os dilemas éticos na condução das pesquisas etnográficas

Para a apresentação dos resultados da pesquisa, optamos pela apresentação dos casos analisados em duas seções distintas devido as especificidades culturais e organizacionais de cada pesquisa. Primeiramente, colocaremos em debate como o processo de financiamento de

pesquisas influencia as escolhas éticas dos pesquisadores em campo. Já o segundo momento, destacamos a especificidades da ética na prática da pesquisa na construção das relações com o campo de estudo.

*Em movimento: questões éticas do processo de negociação do trabalho de campo itinerante*

O acesso ao campo de pesquisa etnográfica é realizado com base em um conjunto de negociações que nem sempre se referem ou são efeitos das formalidades propostas em códigos de ética institucionalizados, a exemplo do uso do TCLV, conforme discutem Fleischer e Schuch (2010). Nesse sentido, Dias (2007) destaca as necessidades de se reconhecer as “mirongas” das etnografias, ou seja, todos os segredos que perpassam o desenvolvimento do trabalho de campo. Então, mais do que a ausência/presença em campo são as conexões produzidas durante a pesquisa que determinam o acesso as informações.

No caso da pesquisa realizada no Canadá, realizada com um circo contemporâneo fundado no início dos anos 2000 por sete artistas circenses profissionais, o processo de negociação da pesquisa destacou como questões raciais, de nacionalidade e institucionais implicam na constituição desta dinâmica. Na segunda quinzena do mês de março do ano de 2013, uma das pesquisadoras deste artigo, que residia na cidade de Montréal, Canadá, para a realização de um intercâmbio acadêmico, financiado por uma instituição pública brasileira, encaminhou um email para o circo pesquisado solicitando o agendamento de uma reunião para a liberação formal de realização do estudo.

Durante a realização da reunião, o diretor geral da organização afirmou que havia recebido um telefonema de um empresário brasileiro, naquela mesma manhã, para negociar uma turnê da companhia circense canadense no Brasil. Diante dessa situação, a reunião para os discussões sobre como seria desenvolvido o estudo etnográfico foi intrrelaçada aos questionamentos dos gestores canadenses sobre taxaço de impostos e questões financeiras e econômicas brasileiras. O intuito destes questionamentos era que o diretor do circo tivesse maiores informações possíveis para decidir sobre a viabilidade de realização da turnê no Brasil. Após essa conversa inicial, o diretor do circo afirmou que estávamos passando por muitas “felizes coincidências” (notas de campo), sendo a pesquisa etnográfica autorizada para ser realizada.

Para o desenvolvimento da etnografia, os gestores do circo apresentaram dois projetos que estavam sendo desenvolvidos. O primeiro era uma reformulação de um espetáculo para a América Latina, que seria apresentado no México. O segundo espetáculo estava sendo elaborado, o qual seria possível acompanhar seu processo de construção desde o início. Considerando o processo de negociação que estava posto naquele momento, a pesquisadora reconheceu que seria importante para o campo pesquisado a escolha do primeiro espetáculo para ser pesquisado, pois teria-se um “olhar” latino-americano acompanhando o processo de reformulação. O ônus dessa escolha seria a pesquisadora ter que se mudar do Canadá para o México, opção considerada complexa pelos próprios diretores, especialmente pelos seus efeitos burocráticos.

Considerando que a pesquisadora tinha seus estudos custeados por uma instituição brasileira de fomento a pesquisa, a qual ressaltava que os pesquisadores poderiam se ausentar do país de realização do estudo somente por quinze dias, acompanhar a realização da turnê do circo canadense na América Latina seria uma forma de romper com o acordo pré-estabelecido com a instituição. Nesse contexto, destacamos um primeiro questionamento ético da prática da pesquisa etnográfica, cujo processo de realização, por vezes, se mostra conflitante com a

dinâmica de financiamento e de regulamentação no país. Conforme discute Fonseca (2008) e Schuch (2011), a ênfase da modernidade no entendimento de que ciência se faz no “laboratório” faz com que a produção científica seja considerada a partir da necessidade de se ter “um lugar” e não da vida social ativa dos grupos pesquisados. Com efeito, a regulamentação da prática da pesquisa se configura com base em normas de controle de tempo e de espaço. A partir desse contexto, a pesquisadora optou por acompanhar o processo de criação/produção de um novo espetáculo da organização estudada em Montréal e não itinerar pela América Latina.

Apesar do acordo pré-estabelecido para o desenvolvimento do estudo, os diretores do circo convidaram a pesquisadora para conhecer a produção destinada à América Latina em uma sessão específica para convidados. Ao chegar ao local combinado, um ginásio de esportes na região metropolitana da cidade de Montréal, havia cerca de trinta convidados para assistir o espetáculo. A pesquisadora percebia a possibilidade de ser a única pessoa da América Latina no evento devido a atenção às falas dos outros sujeitos presentes no ambiente. Ao final do ensaio, a diretora artística do circo solicitou a pesquisadora o envio de um email para o agendamento das próximas atividades. No entendimento da pesquisadora, devido ao contexto enfatizado da nacionalidade da mesma, a interpretação produzida nessa situação foi a de que o envio do email com críticas sobre o espetáculo poderia se configurar como um gesto de reciprocidade esperado pelo campo de pesquisa (DEWALLT; DEWALLT, 2011).

Com efeito, para além do entendimento dos pesquisados como sendo passivos ou vulneráveis que devem ser protegidos por regulamentações (FLEISCHER; SCHUCH, 2010; BELL; BRYMAN, 2007), no caso em debate, foi possível compreender como o campo de pesquisa também constrói relações com os pesquisadores de forma a transformar o seu cotidiano de trabalho por meio da incorporação do conhecimento que os pesquisadores trazem para as organizações. Nesse contexto de inversão das relações de forças entre pesquisadores e campo de pesquisa poderia se estabelecer algum tipo de parâmetro ético de condução da etnografia? Ou seriam os limites acordados entre as partes envolvidas que delimitam o que o pesquisador pode ou não pode usar na descrição de sua prática de pesquisa, do mesmo modo que o campo de estudo também deveria ter limitado os “usos” dos conhecimentos dos pesquisadores? É isso que Fonseca (2008) destaca ao afirmar que a dimensão ética vai além do “consentimento informado” sendo construída com base nas práticas culturais no contexto estudado.

Outro ponto a se destacar em termos éticos nesse caso é a forma como os projetos de pesquisa são regulamentados, especialmente quando realizados fora do Brasil. Considerando que predominantemente o entendimento moderno de ciência que concebe as pesquisas com base na dinâmica das ciências da natureza que tem, comumente, um campo de trabalho definido, o laboratório, a concepção de pesquisa a partir das práticas culturais de diferentes grupos sociais podem produzir constrangimentos no desenvolvimento das pesquisas qualitativas, conforme observado nesse estudo. Ao ter como foco do trabalho de campo a vida social ativa (SCHUCH, 2011) dos sujeitos participantes da pesquisa, se torna complexo limitar a etnografia em um local de pesquisa desconsiderando os movimentos e deslocamentos específicos do grupo pesquisado. Nesse artigo, ao considerarmos o circo, de natureza itinerante pelo mundo, como campo de estudo, também nos colocamos em momentos éticos emblemáticos no sentido de que ou seguíamos as orientações institucionais das práticas de pesquisa ou das práticas culturais da organização em estudo.

Sendo assim, consideramos relevante a proposta de regulamentação das pesquisas em Ciências Sociais e Humanas proposta pelo CONEP (2015) que desloca o foco do

entendimento ético das pesquisas das práticas institucionais formalizadas para a constituição das relações sociais no desenvolvimento dos estudos. Com este entendimento, será possível iniciarmos também um debate sobre as formas de financiamento das pesquisas que não são desenvolvidas em laboratórios ou em locais pré-estabelecidos. Para ampliar esse debate sobre ética na prática de pesquisa, discutiremos a seguir outro estudo etnográfico que também coloca em debate dilemas éticos de realização de estudos etnográficos. O foco será na Força Militar de Segurança durante as manifestações Anti-Copa.

*“Tiro, Porrada e Bomba”: Acompanhando a Força Militar de Segurança nas Manifestações*

Junho de 2013 entrou literalmente para a história do Brasil devido a grandes manifestações que aconteceram em todo o país de maneira inesperada. Alguns analistas, consideram que as manifestações ganharam corpo e força devido a excessiva repressão policial que aconteceu na cidade de São Paulo e Rio de Janeiro. Não faltaram análises mostrando a inabilidade das forças de segurança do país para lidar com protestos e diferentes críticas foram realizadas contra a violência policial. Por outro lado, raros foram as análises que buscaram compreender as dinâmicas das forças de segurança em ação nas ruas.

Com o intuito de compreender como uma Força Militar de Segurança lidava com os protestos, um dos autores deste artigo desenvolveu uma pesquisa em que realizou observações da Força de Segurança em ação nas ruas. Como em tentativas anteriores, ele teve o acesso a pesquisa autorizado, mas jamais concretizado de fato, o pesquisador decidiu ir para as ruas, apresentar-se como pesquisador e professor, dando um cartão de visitas aos comandantes das tropas nas ruas e seguir os policiais em ação. Em um primeiro momento isso gerou certa desconfiança de oficiais, mas com o passar do tempo o pesquisador foi conseguindo desenvolver um contato mais amistoso com os operadores da força de segurança nas ruas. Certo dia, o pesquisador recebeu um convite para apresentar a sua pesquisa para os oficiais da Força Militar de Segurança em um de seus quartéis. O pesquisador ficou intrigado com o convite, mas decidiu aceitá-lo.

No dia marcado, foi recebido pelo comandante do quartel da área em que as manifestações se realizavam. Além do pesquisador, foi também convidada uma pesquisadora que estudava os manifestantes e uma pessoa que fazia parte do grupo de manifestantes. No dia e hora agendados, estava presente o comandante da Força de Segurança da macro região em que a pesquisa se desenvolveu. Trata-se de um dos cargos mais importantes da Força de Segurança naquele estado. Minutos antes do início da reunião, quando o comandante mais graduado entrou na sala repleta de oficiais onde a conversa iria acontecer, todos os oficiais ficaram em pé. Um outro oficial que estava na frente da sala, deu um grito de “sentido”. Todos os militares presentes no ambiente obedeceram prontamente a ordem e imóveis ficaram. O pesquisador levou um susto, pois nunca vira uma formação militar antes. Então, o oficial apresentou a tropa ao comandante que logo em seguida deu a ordem de descansar. Na sequência, tocou-se o hino nacional e os convidados expuseram o que eles estava fazendo durante as manifestações para que posteriormente houvesse um debate sobre o tema.

Nota-se que para preservar o anonimato dos presentes e das organizações onde a pesquisa foi realizada, estamos nos utilizando de um pseudônimo para o nome da organização policial e não estamos revelando o nome da cidade. A garantia do anonimato e da preservação da identidade de indivíduos que participam da pesquisa é salvaguardado nos diferentes códigos e princípios éticos de pesquisa, conforme destacamos anteriormente. No limite, nenhuma pessoa pode ser prejudicada pelo fato de fazer parte da pesquisa. É evidente que no

caso em particular aqui, por nossas forças de segurança possuírem um número limitado de organizações, o cuidado com o sigilo do nome é muito difícil. Todavia, a não identificação da cidade e do estado em que a pesquisa foi realizada, dificulta uma identificação detalhada da organização estudada. Também optamos por não deixar claro o período em que as manifestações analisadas aconteceram, pois isso nos auxilia a proteger a identidade da organização e de pessoas. De uma forma geral, o pesquisador considera que na sua prática de pesquisa não interessa o caso particular e os eventuais problemas advindos de ações particulares, mas sim conhecer de forma mais pormenorizada o fenômeno a ser analisado. O pressuposto aqui é de que as pessoas não devem ser individualmente atacadas por fazerem parte de uma pesquisa, já que a lógica central da pesquisa é aprofundar o conhecimento de fenômenos.

Durante o campo, diversas questões aconteceram. Houve momentos em que o pesquisador sabia que a Força da Segurança iria utilizar uma nova tática que iria flagrantemente aviltar o direito de manifestação das pessoas. Em outros momentos, o pesquisador percebeu que as tropas estavam sendo treinadas para agir de forma mais dura contra os manifestantes. Dentro da lógica do sigilo que deve ser resguardado daquilo que se observa no campo, o pesquisador não dividiu as informações com quaisquer pessoas, por mais que algumas das práticas da Força de Segurança fossem contrárias a visão de mundo e aquilo que o pesquisador considera correto.

O fato do pesquisador estar nas ruas acompanhando os policiais algumas vezes gerava confusão. Não foram poucas vezes em que o pesquisador era chamado de “P2”, referencia a policiais que trabalham no serviço de inteligência e eram infiltrados nas manifestações. Em outras ocasiões, o pesquisador tinha que correr da própria polícia quando havia momentos de tumulto. Como ele não utilizava uniforme, traço distintivo dos membros da Força Militar de Segurança, ele sentia que podia ser confundido com manifestantes e literalmente apanhar da polícia. Porém, a pior situação enfrentada pelo pesquisador foi quando ele foi chamado por um manifestante que ocupava posição de liderança nos protestos. Ele interpelou o pesquisador na rua e disse “você é professor ou polícia?”, o pesquisador confirmou a sua identidade de pesquisador dando um cartão ao manifestante. Ele disse “queria conversar com você em um lugar reservado”. Um pouco ressabiado com o pedido, o pesquisador pediu para que falassem naquele momento. O manifestante olhou em volta, ficou atento e em voz baixa comentou:

Olha, tem um grupo que está radicalizado demais. Estes caras foram receber treinamento paramilitar no Mato Grosso. Foram uns 15. Foram para lá ter treinamento. Aprenderam a usar fuzil e também explosivos. Tem gente falando que eles querem explodir o transporte público, um lugar do transporte público na 6ª feira as 18 hs. Vai morrer muita gente inocente. Você precisa avisar isso para a polícia.

O pesquisador sentiu, no momento, que isso poderia ser um exagero e um boato. Mas, ao mesmo tempo, pensou que se de fato bombas explodissem ele jamais iria se perdoar. O conflito entre o interesse público e o interesse privado de manutenção de sigilo veio a toda. O manifestante disse que não queria falar com a Força de Segurança para não ficar com a fama de “cagueta”. Por outro lado, o pesquisador sentia que ele não deveria se intrometer nesta questão, principalmente pelo fato de acreditar que o manifestante poderia estar denunciando grupos rivais que disputavam o controle dos protestos. Havia uma disputa entre diferentes grupos para tentar capitanear as ações das pessoas que protestavam. Mas, o pesquisador ficava o tempo todo pensando que se fosse verdade a bomba realmente existisse, ele teria sido corresponsável por uma tragédia.

O pesquisador pediu o telefone do manifestante e disse que voltaria a conversar. Antes tentou entender quão urgente era o caso e o manifestante dizia que o plano estaria em preparação. Após pensar muito no que fazer, o pesquisador acreditou que o melhor seria colocar o manifestante em contato com um oficial que era de sua confiança. No contato de campo, o pesquisador desenvolveu relações de confiança com alguns oficiais das forças de segurança. Ou seja, ao invés de informar diretamente ao oficial, ele acreditou que poderia catalisar um contato entre eles. Havia, ainda, a opção de realizar uma denúncia via telefone que preserva o anonimato do denunciante. Porém, o pesquisador sabia que este número era usado com frequência para se fazer vingança de inimigos e, além disso, o manifestante dizia que não confiava no serviço. Foram duas noites de sono difícil para o pesquisador que sentia que poderia ser uma mentira aquilo que lhe era dito, porém o tempo todo a dúvida pairava em seu pensamento. O que estava em jogo era o interesse da sociedade, o sigilo de quem denunciava e o papel do pesquisador que não lhe compete realizar denúncias de mal práticas (TAYLOR, 1987).

Após algumas conversas com o manifestante, ele conseguiu convencer que o melhor caminho era o manifestante falar com o oficial da Força de Segurança. O Oficial concordou também em realizar a conversa. O manifestante e o policial se encontraram e o primeiro passou todas as informações para o segundo. O temor do pesquisador era de que este tipo de ação pudesse gerar problemas para os denunciados, uma vez que o pesquisador sentia que não havia critérios claros para prisões realizadas pela Força Militar de Segurança. Todavia, ele conseguiu a certeza do oficial com quem tinha contato que seria feita uma investigação séria. Após os dados da denúncia foram informados, o oficial checou as informações e contactou que elas não eram verossímeis e que não havia a ameaça. Nada aconteceu com o manifestante que realizou a denúncia. Este caso mostra que não há respostas prontas para questões éticas e que a resposta deve ser pensada e refletida dependendo da situação.

### **Por uma Ética na Prática**

A ética normativa (CNS, 2012), que sustenta os principais debates sobre as regulamentações de condução das pesquisas qualitativas no Brasil, constituiu-se com base no entendimento de ética como sendo a natureza do julgamento moral, para garantir a sua base racional, que rege as relações sociais de forma a sustentar seu estatuto de universalidade (PULLEN; RHODES, 2015). Com efeito, a ética é pensada como forma de regulação da ordem social contra qualquer forma de transgressão e/ou desintegração da sociedade (PULLEN; RHODES, 2015). Esse caráter universal de julgamento moral se materializa, por exemplo, nos protocolos de pesquisa que visam a padronização e controle das relações sociais no campo de estudo.

A exemplo da etnografia realizada no Canadá, a padronização da conduta do trabalho de campo pode ter como efeito a limitação de discussão das práticas culturais dos grupos estudados, o processo de negociação da condução do trabalho, bem como das “mirongas” (DIAS, 2007) das etnografias. Por isso, no caso da etnografia, esses pressupostos da ética normativa são inadequados, pois o objetivo da prática etnográfica é compreender os “saberes locais” por meio da desconstrução de discursos hegemônicos implicando na desconstrução de imaginários e do senso comum produzidos sobre determinados grupos sociais, ou seja, uma processo de desconstrução da universalidade das formas de vida. A “ética” nos estudos etnográficos é construída com base nas relações com o campo de pesquisa. Nas duas etnografias apresentadas nesse artigo, os dilemas enfrentados pelos pesquisadores evidenciaram os limites da normatização prévia do trabalho de campo. Se na pesquisa

etnográfica canadense colocou-se em jogo as formas pelas quais os “saberes” da pesquisadora poderiam ser utilizados para a disseminação da prática circense da organização em estudo, no estudo com a Força De Segurança brasileira as situações exploradas indicam a necessidade do balanço fino entre diferentes pressões no momento de tomar decisões ou realizar atitudes que podem afetar as demais pessoas relacionadas com a pesquisa.

Diante das experiências apresentadas, propomos um debate sobre a necessidade de se discutir a regulamentação dos procedimentos de pesquisa na área de Administração, com base na construção de uma “ética da prática” de pesquisa que reconheça as especificidades do trabalho de campo em estudos qualitativos, especialmente nas etnografias. Por isso, consideramos necessário o reconhecimento e a ampliação dos debates propostos por Schuch (2011) sobre a vida social ativa da pesquisa como forma de compreensão das práticas culturais específicas dos grupos estudados. Nesse sentido, uma “ética da prática” de pesquisa deve considerar as experiências do trabalho de campo como base para a construção da eticidade do estudo. Isso implica alterações na concepção ontológica dos sujeitos de pesquisa que deixam de ser considerados como passivos e vulneráveis considerando a capacidade de intervenção dos mesmos na construção da etnografia.

Com isso, não propomos aqui a desregulamentação da prática da pesquisa, mas um processo de construção de orientações de códigos de ética que contemplem a dinâmica do trabalho de campo com base em seus processos sociais. Isso implica também reconhecer como a etnografia influencia a constituição subjetiva dos pesquisadores produzindo limites éticos entre a vida social ativa do campo pesquisado e de trabalho dos pesquisadores. Considerando a prática da pesquisa como maneiras de fazer e de saber específicas de um contexto local, uma “ética da prática” da pesquisa deve colocar em discussão a dinâmica relacional característica do trabalho de campo. É justamente esse limite que Alice Goffman (2014) foi questionada ao descrever como mediou os conflitos éticos de ação do grupo pesquisa que apresentava a dimensão moral com princípios diferenciados em relação aos científicos, por exemplo. Esse processo também destaca o caráter político de ação do pesquisador, conforme demonstrado nesse estudo, cujos efeitos das práticas ultrapassam as relações sociais produzidas no campo e se refletem em dimensões amplas da sociedade. Portanto, considerar a ética da prática de pesquisa implica em considerar os conflitos sociais nos quais estamos imersos e somos produzidos enquanto sujeitos sociais.

### **Considerações Finais**

Com o objetivo de discutir os dilemas éticos implícitos na prática das pesquisas qualitativas nas organizações, com foco especial as etnografias, nesse artigo apresentamos dois estudos etnográficos que evidenciaram a importância de se considerar as especificidades das maneiras de fazer e de saber de diferentes grupos sociais nos estudos etnográficos. Como resultados da pesquisa, consideramos, inicialmente, a necessidade de, assim como aponta Schuch (2011), reconhecer a vida social ativa do campo de pesquisa. Isso significa reconhecer os sujeitos pesquisados como indivíduos influentes na condução do trabalho que tanto podem direcionar o que será pesquisado, bem como interferir na constituição dos pesquisadores em campo. Com isso para além da dualidade pesquisador versus pesquisado, é possível considerar a natureza ativa dos sujeitos pesquisados reconstruindo a dimensão ontológica dos mesmos na construção das regulamentações sobre ética em pesquisa.

A posição de mediação do pesquisador entre a vida social ativa produzida pelas práticas culturais específicas do grupo pesquisado e as práticas científicas que orientam o

cotidiano de trabalho acadêmico, denotam, também, o posicionamento político dos pesquisadores que deve ser considerado no entendimento ético do trabalho de campo. A exemplo das implicações da etnografia realizada por Alice Goffman (2014) que destacam as relações de forças entre minorias sociais e as instituições policiais na sociedade, adotar práticas científicas no campo de estudo, assim como incorporar determinadas práticas culturais nas universidades não seriam igualmente formas de desrespeitar os dois contextos sociais em suas especificidades?

Falar em uma “ética da prática” de pesquisa é justamente reconhecer a dimensão política mediadora dos pesquisadores na condução de etnografias que denotam os posicionamentos que ocupamos na sociedade. É por isso que o processo de negociação da realização da etnografia no Canadá perpassou relações de mercado e os “usos” do conhecimento da pesquisadora enquanto latino-americana para o desenvolvimento das práticas mercadológicas do circo. Para que isso acontecesse questões de nacionalidade, por exemplo, foram destacadas como forma de produzir o “eu” e o “outro”. Já na segunda pesquisa apresentada nesse artigo, os dilemas éticos colocaram em jogo interesses sociais e a reconfiguração do posicionamento social do pesquisador como mediador entre as partes envolvidas no conflito estabelecido.

Sendo assim, consideramos que as discussões sobre uma “ética da prática” de pesquisa pode ser um caminho de não predominância institucional do trabalho de campo etnográfico que limite as interações sociais necessárias ao desenvolvimento científica, bem como possibilita o reconhecimento da vida social ativa, conforme discute Schuch (2011), das pesquisas qualitativas.

## Referências

- BELL, E.; BRYMAN, A. The Ethics of Management Research: An Exploratory Content Analysis. **British Journal of Management**, v. 18, p. 63–77, 2007.
- CLIFFORD, J. **A experiência etnográfica**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.
- CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (CNS). **Resolução nº 466**, de 12 de Dezembro de 2012.
- \_\_\_\_\_. **Minuta de Resolução Complementar sobre as especificidades éticas das pesquisas nas Ciências Sociais e Humanas e de outras que se utilizam de metodologias próprias dessas áreas**. Disponível em <[http://conselho.saude.gov.br/ultimas\\_noticias/2015/07jul21\\_minuta.html](http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2015/07jul21_minuta.html)>. Acesso em 05 de agosto de 2015.
- DEWALT, K. M.; DEWALT, B. R. **Participant observation: a guide for fieldworkers**. Toronto: Altamira Press, 2011.
- DIAS, M. A. Essa pesquisa tem “mironga”: notas etnográficas sobre o fazer etnográfico. In: BONETTI, A.; FLEISCHER, S. (orgs.). **Entre saias justas e jogos de cintura**. Florianópolis: Editora Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.
- DINIZ, D. A Pesquisa Social e os Comitês de Ética no Brasil. In: FLEISCHER, S.; SCHUCH, P. (Org.). **Ética e Regulamentação na Pesquisa Antropológica**. Brasília: UnB/Letras Livres, 2010, p.183-192

FLEISCHER, S.; SCHUCH, P. (Org.). **Ética e Regulamentação na Pesquisa Antropológica**. Brasília: UnB/Letras Livres, 2010.

FONSECA, C. O anonimato e o texto antropológico: Dilemas éticos e políticos da etnografia ‘em casa’. **Teoria e Cultura**, v. 2, n. 1, p. 39-53, 2008.

GOFFMAN, A. **On the Run**: Fugitive Life in an American City. New York : University of Chicago Press, 2014.

PULLEN, A.; RHODES, C. Ethics, embodiment and organizations. **Organization**, v. 22, n. 2, p. 159 – 165, 2015.

\_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_. Corporeal ethics and the politics of resistance in organizations. **Organization**, v. 21, n. 6, p 782–796, 2014.

SCHUCH, P. A Vida Social Ativa da Ética na Antropologia. **BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, v. 71, p. 5-24, 2011.

TAYLOR, S. Observing Abuse: Professional Ethics and Personal Morality in Field Research. **Qualitative Sociology**, v. 10, n. 3, 288-302, 1987.